



Conselho de Escola da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Ata nº 7

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Escola da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, na sala 3.1.05, Edifício C3, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informações**
- 2. Estratégias de funcionamento do Conselho de Escola**
- 3. Outros Assuntos**

Registou-se a ausência da Professora Vanda Brotas, do Professor Pedro Almeida, do Dr. Jorge Lobato e do estudante André Filipe Gonçalves.

A reunião contou com a presença do Diretor da FCUL, Professor José Artur Martinho Simões.

Verificada a existência de quórum, o Presidente deu início aos trabalhos.

1. Informações

O Presidente iniciou a sua intervenção dando as boas vindas ao Diretor da Faculdade, em nome do Conselho de Escola.

O Presidente começou por aludir ao propósito da presente reunião que se prende com a discussão da forma como o Conselho de Escola pretende planear a sua actividade, no âmbito das competências previstas nos Estatutos da FCUL. De seguida, passou a palavra ao Diretor da FCUL.

Após saudar os presentes, o Diretor abordou as disposições dos artigos dos Estatutos da FCUL que se referem a: 1. apresentação ao CE, para aprovação, de plano estratégico e plano de ação para a duração do seu mandato (Artigo 30º, nº 2, alínea b) e 2. colaboração com o Conselho de Escola na elaboração do Programa Orientador de Avaliação Interna e Garantia da Qualidade para a Faculdade (Artigo 32º, nº. 3, alínea d).

No que diz respeito ao primeiro ponto, o Diretor propôs apresentar o referido plano no prazo de 30 dias. Sobre o segundo ponto, referiu que a anterior Direção desenvolveu muito trabalho na área da qualidade e, na sua opinião, trabalho bem feito. Deu como exemplo a elaboração de manuais de procedimentos para as diferentes Unidades de Serviço, os quais permitem avaliar a qualidade de execução desses procedimentos. O Diretor informou que o seu objectivo consiste em continuar este trabalho, que ficará a cargo do Diretor Executivo, Dr. Jorge Lobato.

De seguida, tomou a palavra o Presidente do CE para dar informações acerca da atividade desenvolvida pela Comissão de Avaliação Interna e de Garantia da Qualidade, à qual preside por inerência de funções:

- A CAIGQ irá elaborar um manual de qualidade e, neste sentido, a Dra. Rebeca Atougua, que integra a referida Comissão, está a compilar a informação que existe na Faculdade, nomeadamente, trabalho realizado pelos Departamentos;
- Foi efetuada uma visita ao Instituto Superior Técnico, no contexto da qual membros da CAIGQ da FCUL reuniram com Dirigentes do IST e tomaram conhecimento das boas práticas e do trabalho realizado pela referida instituição, neste âmbito.



O estudante João Faria referiu que a AEFCL se disponibiliza para colaborar no trabalho de melhorar a garantia de qualidade, e tendo em conta que fez parte do Conselho de Garantia de Qualidade da UL, poderá efetuar ligações com universidades europeias, para explorar os mecanismos de garantia de qualidade que utilizam.

O Presidente referiu que o trabalho da CAIGQ é de grande dimensão e muito importante, por isso, disse considerar fundamental o apoio dos membros do CE.

O Presidente concluiu a intervenção, sublinhando a importância da gestão e agilização do fluxo de informação entre a Direção e o Conselho de Escola.

Foi lida uma mensagem de email emanada do Professor Pedro Almeida, ausente por integrar um júri de provas de doutoramento em Coimbra, propondo que se abordasse o acompanhamento pelo CE do processo de avaliação de Unidades de Investigação em curso.

O Diretor informou, sobre este assunto, que os resultados da avaliação das Unidades de Investigação não foram divulgados, uma vez que ainda se encontra a decorrer o período de reclamações.

O Diretor referiu que o fluxo de informação se resume a despachos da Direção e a regras que vão sendo definidas e postas em prática e que são suficientemente divulgados. Para efeitos de melhoria do fluxo de informação, o Diretor disse que poderia convidar o Presidente do Conselho de Escola a participar em algumas reuniões da Direção e sugeriu que nas reuniões do CE lhe sejam concedidos 15 minutos para falar sobre o estado da Escola, o que aumentará a informação informal, que é muito útil.

O Diretor propôs ao CE que repensasse os Estatutos da FCUL, não obstante ter havido um processo de revisão recentemente. Do seu ponto de vista, os Estatutos devem ser minimalistas e referiu que a CAIGQ, por exemplo, deveria ser da responsabilidade da Direção e não do CE, que não é um órgão executivo.

Caso os Estatutos da FCUL venham a ser revistos, o estudante João Faria solicitou a criação de um grupo de trabalho com a participação dos estudantes.

O Professor Luís Carriço referiu que faz sentido a existência da CAIGQ e que esta dê *rapport* à Direção. Na sua opinião, a garantia de qualidade no processo de avaliação dos docentes deveria também ser atribuição desta Comissão.

O Diretor concordou que a avaliação de desempenho dos docentes e dos funcionários não docentes deve fazer parte das boas práticas e comunicou que havia solicitado a três docentes da Faculdade, Professora Maria José Calhorda, Professor Paulo Veríssimo e Professor António Mateus, que pensassem um método de avaliação de desempenho adequado e exequível na Faculdade.

A Professora Gracinda Cunha manifestou a opinião de que existe pouca informação acerca das actividades desenvolvidas pelos Departamentos e que deveria haver a obrigatoriedade dos Departamentos elaborarem relatórios de actividade para serem divulgados à escola.

No contexto da avaliação, a Professora Gracinda Cunha abordou a questão da relação entre a distribuição da carga docente lectiva e a actividade de investigação.

O Diretor respondeu que o excesso de serviço docente, em geral, poderá ter a ver com o aumento do número de unidades curriculares e de cursos. Informou que foram constituídas



duas comissões com o objectivo de pensar a reforma pedagógica global da FCUL, uma integra pessoas escolhidas *ad-hoc*, a outra, os Presidentes de Departamento.

O Diretor comunicou ainda que, de acordo com informação proveniente da A3ES, é possível fazer uma reforma curricular de fundo, bastando, para o efeito, a elaboração de um relatório que será avaliado pela referida agência, não havendo obrigatoriedade de reavaliar caso a caso.

O Diretor informou ainda que a FCUL tem 500.000 euros de excesso de massa salarial, o que não permite fazer novas contratações, mas a Universidade de Lisboa está equilibrada no seu todo; presentemente, a FCUL tem 45 docentes ETI convidados. O Diretor esclareceu que se deve substituir a contratação de professores convidados pela contratação de prestação de serviços de docentes de outras escolas da ULisboa, pois os custos serão significativamente mais baixos e não serão contabilizados na massa salarial; quando for possível retomar as contratações na FCUL, a prioridade da Direção é a contratação de professores auxiliares e não de professores associados.

O Professor Miguel Brito referiu que a aposta na contratação de professores auxiliares, em detrimento de professores associados, deveria constar do plano estratégico da Direção e que o Conselho de Escola deveria pronunciar-se sobre essa estratégia. O Professor Miguel Brito referiu também a questão da colaboração dos alunos de doutoramento na leccionação de unidades curriculares e perguntou qual o ponto de situação dos Colégios.

O Diretor disse concordar com a participação de alunos de doutoramento e Post-Docs na actividade docente; sobre os Colégios, informou que ainda não há nada concreto.

O Professor Luís Carriço questionou acerca das remunerações adicionais para os docentes.

O Diretor referiu que, embora não seja contra a existência de remunerações adicionais para os docentes, as referidas remunerações são contabilizadas para a massa salarial, inviabilizando a contratação de pessoas novas, o que constitui um problema.

O Diretor referiu estar a analisar ainda a possibilidade de alunos do 3º ano de licenciatura e de mestrado participarem na leccionação de disciplinas através de bolsas de mérito, cujo valor corresponderia ao valor da propina. Para efeitos de seriação, poderão aplicar-se critérios como a aprovação em todas as unidades curriculares do ano lectivo anterior e a melhor média.

Os estudantes Dário Hipólito e João Faria manifestaram a sua discordância com a rigidez dos critérios referidos e acrescentaram que consideravam importante para o currículo dos alunos, a colaboração em atividades de docência, mesmo que não seja remunerada.

O estudante João Faria questionou o Diretor acerca da organização da recepção aos novos alunos. Alertou para o facto de a recepção dever ser feita em conjunto com a AEFCL, para que se encontrem mecanismos de dinamização do evento, que resultem em maior afluência.

O Diretor esclareceu que esse assunto está a ser discutido inclusivamente no Conselho Pedagógico. Estão a ser organizados um conjunto de seminários nas várias áreas científicas da FCUL, o que permitirá aos novos alunos terem um conhecimento da FCUL no seu todo.

A Professora Maria José Calhorda pediu que a Direção da FCUL pensasse na situação muito injusta vivida pelos Post-Doc, pelo facto de não serem oficialmente reconhecidos como orientadores de projetos e de alunos de mestrado. A pedido do Diretor, a Professora Maria José Calhorda ficou de enviar essa informação à Direção, por email.

O Diretor ausentou-se da reunião no fim do período de informações.



2. Estratégias de funcionamento do Conselho de Escola

O Presidente referiu que o ponto de informações acabou por consistir numa sequência de perguntas e respostas muito útil, mas que se alongou além do previsto, não sendo possível tratar o ponto dois na presente reunião. Solicitou que cada membro do CE pensasse no que é o Conselho deverá fazer e em qual o seu nível de proatividade. Os membros do Conselho ficaram ainda de apresentar propostas de temas a tratar no âmbito do CE, de modo a ser elaborada uma agenda.

De seguida, falou-se da periodicidade das reuniões do CE: as reuniões deverão realizar-se, pelo menos, de três em três meses e serão menos espaçadas em determinados períodos, para tratar assuntos específicos; as convocatórias deverão passar a mencionar a hora de conclusão.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião pelas doze horas e quinze minutos.

O Presidente:

A Secretária: